



Antônio Carlos: "É um esforço de 30 dias que vale por um ano. Espero que a sociedade veja isso"

Senado festeja êxito das votações

AO CONTRÁRIO da Câmara dos Deputados, no Senado, os líderes dos partidos aliados do Governo comemoraram ontem a primeira vitória na votação da proposta de reforma administrativa. O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por maioria e será analisado pelo plenário no dia 11 de fevereiro. O Senado encerrou a semana com um saldo de oito projetos aprovados.

Desde a primeira semana de trabalhos da convocação extraordinária do Congresso, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), festeja o êxito das votações. Ontem, com os resultados da segunda semana, ele estava eufórico. "É um esforço de 30 dias que vale por um ano", disse. "Espero que a sociedade veja isto".

Antônio Carlos Magalhães vai submeter ao plenário, na terça-feira, a decisão sobre ter declarado prejudicada a parte do texto da reforma administrativa que concede aposentadoria integral aos juízes. A consulta ao presidente do Se-

nado será feita pelo relator da emenda, senador Romero Jucá (PFL-RR).

Choque - O regimento interno do Senado autoriza Antônio Carlos a retirar da reforma administrativa o inciso que trata da aposentadoria integral para os magistrados. No final do ano passado os senadores negaram aos juízes o direito à aposentadoria integral, durante a votação do segundo turno da reforma da Previdência. Se o texto da emenda constitucional da reforma administrativa for aprovado do jeito que está, haverá choque de artigos na Constituição.

Na quinta-feira o plenário da Comissão de Constituição e Justiça autorizou Romero Jucá a pedir a Antônio Carlos que utilize o regimento para retirar do texto da reforma administrativa a aposentadoria integral para os juízes. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) protestou, porque segundo ele não compete ao presidente do Senado fazer a revisão de texto que chega da Câmara. Mas o regimento interno diz que esta é uma atribuição do presidente.

Polêmica - Antônio Carlos não alimentou a polêmica. Ele vai receber a consulta de Romero Jucá e, logo em seguida, pretende submetê-la ao plenário. A retirada do inciso favorável aos juízes deverá ser tranquila, porque neste caso as oposições apóiam o Governo. E os senadores que fazem lobby para os juízes, como Bernardo Cabral (PFL-AM) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), deverão ter poucos votos.

Na segunda-feira, Antônio Carlos pretende reunir os líderes dos partidos no Senado para estudar fórmulas de examinar, ainda nesta temporada, mais dois projetos incluídos na última hora na pauta da convocação. Um é do senador José Serra (PSDB-SP), que retira o artigo 192 da Constituição, e determina que leis complementares vão regulamentar o sistema financeiro; o segundo é do senador Pedro Simon, e determina que, na eleição de outubro, o eleitor vai decidir se quer ou não uma revisão constitucional no próximo ano.